

## DEMOCRACIA E JUSTIÇA ECONÔMICA: UMA ABORDAGEM A PARTIR DE HUGO HASSMANN E FRANZ J. HINKELAMMERT

*Democracy and economic justice: an approach from Hugo Hassmann and Franz J. Hinkelammert*

Jair Inácio Tauchen  
PUCRS

**Resumo:** o texto tem por objetivo analisar e desenvolver uma crítica filosófica sobre o sistema capitalista globalizado, que atinge a vida de muitos no mundo todo influenciando não apenas o campo econômico, mas a vida concreta das pessoas, tendo como base teórica pensadores da Escola do DEI (Departamento ecumênico de investigaciones), Costa Rica. Trata-se de um processo injusto apadrinhado pelas teorias econômicas e pela realidade da escassez dos bens econômicos, que articula dois polos opostos: um que ao mesmo tempo domina, explora e exige sacrifícios, provoca a adesão e fascínio das pessoas através do consumo de mercadorias; e outro cuja fundamentação mítica impõe como legítimo a exigência de sacrifícios humanos. Ao mesmo tempo que fascina e seduz, envolve a sociedade num caráter sacrificial, sedutor e de injustiça social. Assim, é possível destacar que nem o Estado, nem o mercado se apresentam capazes de evoluir para uma sociedade mais humana, justa e democrática. Atualmente a democracia e a justiça econômica amparam, sobretudo, os favorecidos e satisfeitos, cujo modelo prioriza a política do imediatismo da acomodação do pensamento econômico e político, levando a sociedade à regressão social e antropológica.

**Palavras-chaves:** Democracia, Justiça, Capitalismo.

**Abstract:** The goal of this text is to analyze and develop a philosophical critic of the globalized capitalist system, which affects the lives of many people around the world, influencing not only the economic field but also these people's concrete life. Our theoretical basis is the thinking of the DEI (Ecumenical Research Department) intellectuals, based in Costa Rica. This unfair process, supported by economic theories and the reality of the shortage of goods, is articulated in two opposite poles: one that at the same time controls, explores and demands sacrifices, provoking the people's adhesion and fascination through the consumption of goods; and another one, whose mythical foundations impose the requisite of human sacrifice. Seducing and fascinating at the same time, this process gets the society involved in a sacrificial, seducing and of social injustice character. In this way, it is possible to highlight that neither the state nor the market seems capable of promoting an evolution to a more human, fair and democratic society. Nowadays, democracy and economic justice support, above all, the wealthiest, which model prioritizes the immediatist politics of the economic and political thought, leading the society to an anthropological and social regression.

**Keywords:** Democracy, Justice, Capitalism.

Geralmente os termos utilizados na linguagem ao abordar o mercado escondem determinados significados de forma proposital a fim de direcionar o debate para uma lógica

determinante do sistema de mercado<sup>1</sup>. Estabelecer uma alteração neste discurso é fundamental para romper com a sujeição idolátrica do sistema. Para melhor entender o processo é preciso voltar na história. Até o século XVI os fenômenos econômicos estavam alinhados ao contexto da vida. Por um longo período na história, o alimento, o vestuário a habitação e outros recursos básicos, eram produzidos e distribuídos entre as tribos, respeitando a reciprocidade.

O que se entende por sistema de mercado é um fenômeno relativamente recente que surgiu no século XVII na Inglaterra e que se propagou para o mundo todo. É claro que mercados existiam desde a Idade da Pedra, mas baseados na troca e em nível local. O comércio em seus primeiros tempos tinha pequena motivação econômica e era baseado numa relação familiar e de parentesco, apenas para satisfazer algumas necessidades básicas e para a autossustentação, geralmente através do armazenamento e redistribuição de mercadorias, especialmente o cereal. Cabe destacar que não existia o objetivo do lucro em decorrência das atividades econômicas e era inconcebível a prática de juros. Todavia, isso não impedia que as pessoas agissem motivadas pelo poder, dominação e exploração.

Os preços das mercadorias anterior a este fato existiam, mas não eram regidos por um sistema próprio. Estavam relacionados ao sistema macro do comércio e finanças no qual apenas os mercadores e banqueiros utilizavam o dinheiro, geralmente para o pagamento de impostos e salários. A grande parte de economia era rural e as relações se davam na vizinhança, na família, com o senhor feudal.

O Iluminismo e a revolução científica favoreceram o racionalismo crítico, o empirismo e o individualismo, ao ditar novos valores, juntamente com a orientação materialista que levou à produção e consumo dos bens supérfluos e de luxo. Esse novo costume deu origem às atividades específicas ao setor, como a produção, distribuição, câmbio, e passou-se a exigir uma teorização e explicação dessa racionalidade.

A instauração do sistema de mercado teve sua história fundada na pobreza, um drama de grandes proporções que acompanhou a primeira Revolução Industrial. O argumento de que a bondade poderia ser deixada de lado e que apenas bastava a confiança no caráter autorregulável do mercado, culminou numa das mais profundas e incríveis revoluções do pensamento ético, religioso e econômico que a sociedade vivenciou.

---

<sup>1</sup> O artigo é um excerto da tese de doutorado do próprio autor: *Por uma crítica filosófica da idolatria em articulação com a teologia e a economia – um diálogo interdisciplinar*, defendida em 2018 na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

O capitalismo liberal foi uma resposta entusiástica do homem para o desenvolvimento da Revolução Industrial. Ao fabricar e utilizar máquinas complexas, transformou a economia humana em um sistema autorregulador de mercados na qual passou a adaptar os pensamentos e valores com base nessa inovação. A consequência de uma nova economia<sup>2</sup> que passou a controlar além dos seres humanos em suas atividades cotidianas também os recursos naturais, foi o surgimento de uma nova sociedade. Uma economia de mercado na qual a produção e a distribuição de bens materiais são controladas por um sistema autorregulador regido por leis próprias (leis da oferta e da procura), e determinadas pelo medo da fome e a procura do maior lucro. Os instrumentos da fome e do lucro fizeram com que o indivíduo, para satisfazer suas necessidades vitais, vendesse seu trabalho no mercado a fim de que o proprietário pudesse comprar no mercado mais barato e vender mais caro.<sup>3</sup>

Atualmente é possível questionar algumas dessas verdades. Por exemplo, a validade de certos valores criados pelo sistema econômico liberal no sentido de resgatar uma forma de vida mais realista do mundo humano. Não é possível aceitar que a ameaça da fome seja um incentivo à produção. Do mesmo modo, é inaceitável explorar o semelhante para aumentar o lucro. Também é inadmissível impedir que as invenções tecnológicas sejam usadas em benefício de todos, assim como, tirar proveito de calamidades públicas em benefício próprio. Diante desses fatos, o problema da civilização consiste em organizar a vida na sociedade competitiva e

---

<sup>2</sup> Com o propósito de esclarecer a definição de economia na sociedade, Polanyi assevera que o termo econômico contém dois significados distintos e independentes. O primeiro significado que denomina de formal, parte da lógica do processo meio-fim, como, por exemplo, o exercício de economizar ou adquirir alguma coisa com preço baixo, tirando o máximo de proveito dos recursos disponíveis. “Desse significado provém a definição de *econômico* pela escassez”. A variante escassez encontra-se presente em todas as relações meio-fim. Esse instrumento se realiza por meio do incentivo da fome e do lucro. Quando o homem menos favorecido para satisfazer suas necessidades de alimento, vende sua força de trabalho no mercado e quando o proprietário adquire determinado bem com preço mais baixo e vende mais caro, com lucro, mantém-se o mecanismo funcionando. A racionalidade econômica pressupõe que os meios sejam escassos. O segundo, como significado substantivo, ligado à realidade do ser humano em relação à natureza e com os seus semelhantes na necessidade da existência de um meio físico para sustentá-lo. Como os dois significados não apresentam nada em comum o conceito atual é uma união dos dois cf. POLANYI, Karl. *A subsistência do homem e ensaios correlatos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012, p. 63-65.

<sup>3</sup> Na interpretação de Polanyi é que “o medo da fome entre os trabalhadores e a atração do lucro entre os patrões manteriam o vasto sistema em funcionamento” cf. POLANYI, Karl. *A subsistência do homem e ensaios correlatos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012, p. 213. O resultado desse mecanismo de mercado foi determinante para o reinado econômico na sociedade industrial. Mais adiante Polanyi comenta que “a renda dessas classes sociais foi fixada pelo mercado e sua posição e seu prestígio pelos seus rendimentos. Isso representou uma inversão completa da praxe secular. Segundo a famosa frase de Maine, o “contrato” substituiu o “status”, ou, como preferia dizer Tönnies, a “sociedade” sobrepôs-se à “comunidade”; ou ainda, nos termos do presente artigo, *em vez de o sistema econômico enraizar-se nas relações sociais, estas passaram a se enraizar no sistema econômico*” cf. POLANYI, Karl. *A subsistência do homem e ensaios correlatos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012, p. 221.

voltada à maquinaria a fim de não permitir o aniquilamento humano. Talvez, uma maneira de superar essas doutrinas que implicam na sobrevivência humana seja uma reforma na própria consciência.

A economia, no sentido novo do termo para se firmar teve que percorrer diversos caminhos. Um dos estágios foi a entrada do comércio exterior nos mercados, passando de um controle rígido de preços para uma flutuação mais ou menos livre. Posteriormente, a mudança mais radical foi a flutuação dos preços relacionados com a produção, com o trabalho e a terra. Essa condição permitiu a variação de experiências que transformaram o mundo moderno e culminou na criação dos salários, na valorização dos alimentos e renda, até então desconhecidos. O fator mais extraordinário foi a transformação do trabalho e da terra em mercadoria, como possibilidade de venda.

Na Revolução Industrial, período extremamente curto que transformou a sociedade humana, aproximadamente de 1815 a 1845<sup>4</sup>, a estrutura da oferta-procura-preço determinou o conceito de “lei econômica” que acabou por se transformar numa das forças mais poderosas no mundo humano. A relação do processo da economia com o mercado foi colocada em prática. Até então, o mercado formador de preços era muito limitado, reduzido a alguns portos comerciais. Mostrou sua força na capacidade de organizar os seres humanos como quantidade de matéria-prima que, como a terra, agora podia ser livremente comercializada. O mesmo ocorreu com a atividade industrial comandada por pessoas que se dedicavam à compra e à venda com fins lucrativos. A dependência do homem na natureza como forma de subsistência foi alterada mediante a criação da instituição mercado que se desenvolveu rapidamente alterando as relações humanas.<sup>5</sup>

Com a possibilidade de comprar e vender a terra e o trabalho, o mercado os absorveu liberando o sistema da oferta e da procura pela terra e pelo trabalho. Surgiu um preço pela força do trabalho chamado salário, e um preço para o uso da terra denominado de renda. Ambos passaram a ser oferecidos como mercadoria na atividade do mercado. O sucesso dessa atividade mercantil que mantinha o mecanismo funcionando era controlado pelo medo da fome do trabalhador e pela expectativa do lucro, ou seja, pelo movimento dos que vendiam sua força de

<sup>4</sup> POLANYI, Karl. *A subsistência do homem e ensaios correlatos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012, p. 51.

<sup>5</sup> Surgiu um mercado autorregulado que se tornou a força dominante da economia. “Descrita como *economia de mercado* - originou um fenômeno ainda mais extremo: uma sociedade inteira inserida no mecanismo de sua própria economia – *a sociedade de mercado*” cf. POLANYI, Karl. *A subsistência do homem e ensaios correlatos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012, p. 52. Em outras palavras, a economia passou a incidir em mercados, e o mercado a comandar as cidades.

trabalho no mercado para aplacar a fome e dos proprietários que buscavam comprar com preço mais baixo e vender mais caro. A sociedade ficou organizada de tal forma que a fome e o lucro foram transformados em motivação para o homem participar da vida econômica. Foi um determinismo econômico implantado como lei e válido para toda sociedade humana.

No centro da implantação do sistema de mercado encontra-se a “mercadoria-ficção” que é o dinheiro. Tudo aquilo que é produzido pelo homem foi reduzido a mercadorias: a natureza, os recursos naturais e o próprio ser humano. O sistema de mercado tornou-se efetivo mediante a crença de que é um sistema autorregulador e conseguiu impor-se ao homem como marionete comandado pelo interesse próprio da competitividade do mercado. A sua liberdade ficou atrelada às relações contratuais de mercado. Isto significa que as demais instituições como família, educação, instituição religiosa, organização comunitária, devem se ajustar aos critérios do mercado ou correr o risco de serem liquidadas. Neste sentido torna-se oportuno o comentário de Polanyi:

A verdadeira crítica à sociedade de mercado não é pelo fato de ela se basear na economia – num certo sentido, toda e qualquer sociedade tem que se basear nela – mas que a sua economia se baseava no autointeresse. Uma tal organização da vida econômica é inteiramente antinatural no sentido estritamente empírico de excepcional.<sup>6</sup>

O sistema de mercado provocou uma radical transformação na economia e no pensamento econômico. É gerador, fornecedor e processador de informação e os seguidores são disciplinados para recepcionar suas mensagens. O processo é identificado historicamente na introdução do paradigma do interesse próprio que ocorreu após a implantação do sistema global de mercado a partir do final do século XVIII e ao longo do século XIX. Segundo Assmann, um agente que soube tirar proveito do processo e desenvolveu mecanismos eficientes para competir foi o empresário: “a competitividade empresarial exercida de maneira agressiva está no cerne dessa concepção do mercado.”<sup>7</sup>

Na lógica da ideologia, o empresário por ser capaz de aprender os processos do mercado passa a ser considerado cidadão pleno. A grande questão é que quem não consegue desenvolver o senso de competitividade e não é suficientemente empresarial, não pode ser

<sup>6</sup> POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 1980, p. 243.

<sup>7</sup> ASSMANN, Hugo; HINKELAMMERT, Franz. *A idolatria do mercado: Ensaio sobre economia e teologia*. São Paulo: Vozes, 1989, p. 244.

cidadão deste mercado. Ou seja, quem não tem condições de se desenvolver dentro das regras do sistema, não tem vez.

O pensamento econômico moderno quando se refere ao mercado, é completamente outro. Na antiguidade os mercados eram restritos, na modernidade os mercados se dão em escala mundial e são articuladores e com complexas interligações. Neste sentido, no pensamento econômico toda “verdadeira” economia é compreendida como economia de mercado, diferente da economia planificada que não “respeita” as regras “naturais” da economia.<sup>8</sup> A linguagem da economia moderna em defesa do próprio interesse procura censurar e criticar toda linguagem alternativa com conteúdo contrário à lógica do pensamento econômico, como por exemplo, a economia mista ou a economia baseada em metas sociais.

O conceito de autonomia do mercado está cada vez mais comprometido perante os princípios diretivos do comércio internacional. Diante da internacionalização não existe mais independência. Criaram-se centros econômicos e instituições financeiras tão poderosas que conseguem impor condições rígidas aos demais participantes de tal forma que não é mais possível operar um sistema livre de mercado. O que ocorre em escala mundial e o que costuma ser chamado de “mercado internacional” são economias que comandam e economias que são dependentes e que sofrem interferências de toda ordem.<sup>9</sup> Perante o sistema de mercado são difíceis os acordos internacionais que objetivam interesses sociais comuns. Considerando as leis “naturais” do mercado, o consenso está longe de existir quando questões como a paz, a proteção ambiental e as questões sociais estão em pauta.

A linguagem sobre economia de mercado neoliberal utiliza expressões na qual transparece liberdade, racionalidade, eficiência acerca das leis, dos mecanismos, da livre

---

<sup>8</sup> ASSMANN, Hugo; HINKELAMMERT, Franz. *A idolatria do mercado: Ensaio sobre economia e teologia*. São Paulo: Vozes, 1989, p. 212.

<sup>9</sup> Acerca do emprego da linguagem econômica torna-se oportuno transcrever dois exemplos apresentados por Assmann: “um/a professor/a explica a seus alunos que não estranhem que os peixes grandes comam os peixes menores, ou que os insetos sirvam de alimento aos passarinhos, porque é assim que funciona o equilíbrio ecológico natural. E conclui: no mundo dos homens também ocorrem coisas parecidas que, embora impliquem sofrimento, estão em função da melhoria moral da sociedade. Segundo exemplo: um/a professor/a explica a seus alunos que o movimento dos ventos se deve, em boa parte, ao deslocamento de camadas de ar com temperaturas diferentes; como num copo de bebida, a parte mais quente tende a subir e a parte fria a baixar. E conclui: no mundo dos homens também é assim; quem se esforça sempre sobe porque é quente, e quem é frio desce; querer é poder. Como deu para notar, houve em cada caso um salto transcendental da natureza à história. Nas categorias econômicas dá-se geralmente o contrário: o salto se dá das relações sociais de produção (história) para o ‘natural’. O que é ação humana passa à natureza. Desta forma, o que é arbitrário passa a um ‘assim tem que ser’. A ciência econômica é, em grande parte, uma ‘naturalização da história’” cf. ASSMANN, Hugo; HINKELAMMERT, Franz. *A idolatria do mercado: Ensaio sobre economia e teologia*. São Paulo: Vozes, 1989, p. 215.

competição, do dinamismo, das opções, dos sinais de alta e baixa, da autorregulamentação. De outro modo as economias planificadas insinuam ausência de liberdade, totalitarismo e controle mediante o uso do planejamento estatal, planejamento centralizado, planejamento burocrático, economia não livre, economia de comando. A linguagem aparece como meramente econômica, mas o que se percebe com olhar crítico é uma ideologia com interesses bem determinados: impedir que projetos sociais sejam articulados a partir de outros critérios.

O planeta é formado por uma comunidade global e para viver em harmonia é necessário seguir determinadas regras. O ideal é que as regras sejam imparciais e justas, criadas por processos democráticos a fim de atender às aspirações tanto dos pobres quanto dos ricos e desenvolver o espírito de decência e justiça social.

Em determinados momentos países tomam decisões econômicas em função da ideologia ou da política para atender interesses ou convicções dos que ocupam o poder. Por outro lado, boas políticas econômicas têm o poder de mudar a vida de muitas pessoas, especialmente dos mais necessitados. É responsabilidade dos governos desenvolver boas políticas econômicas que permitam o crescimento de seus países, e que o resultado desse crescimento seja compartilhado com a população objetivando a diminuição das desigualdades sociais e econômicas, do desemprego e dos problemas ambientais.

As lideranças que comandam a política moderna são em grande parte raras, as vozes dissonantes, os produtos do sistema dominante. São políticos alinhados com as elites e sua meta é não travar com a estrutura do mercado. Atualmente a democracia é, sobretudo, para os favorecidos e os satisfeitos. Os detentores do poder econômico monopolizam o contexto político. Essa prática é facilmente percebida quando se avaliam políticos que realmente estão preocupados em representar os pobres, os favelados, os alijados. Esse tipo de democracia prioriza a política do imediatismo, da acomodação do pensamento econômico e político.

O que se deslumbra no horizonte é a manutenção do incentivo de uma boa renda para os ricos e aos influentes e, por outro lado, a conservação da pobreza aos pobres. Evidente, que isso é dito com muita discrição. Então, como será o futuro? As mudanças necessárias para a alteração do rumo deverão partir do rompimento da própria estrutura mantenedora do sistema. A esperança está depositada no surgimento de líderes e legisladores como já ocorreu em outros momentos históricos. Deverá ser resultado de um movimento que provoque um abalo radical

nessa cultura<sup>10</sup>, desafiando o senso de bem-estar dos afortunados, liderado principalmente pelos menos favorecidos, os da camada de baixo da sociedade.

A intervenção do Estado no sistema econômico vigente quando aparece é para atender aos interesses dos afortunados e tal imersão é visivelmente limitada quando o problema em jogo é a erradicação da pobreza. É improvável que ocorra uma intervenção governamental para aliviar o sofrimento dos pobres, diminuir a pobreza e aumentar o emprego. Geralmente o discurso utilizado é que a recuperação da economia será rápida, autocorretiva e que os descontentes devem aceitar pacificamente o seu destino, com o controle nas mãos dos mais afortunados. Para acabar com essa cultura será necessário que essa crença seja posta abaixo, pois um fato é fundamental: praticamente toda ação que possa remediar ou tranquilizar envolve a relação entre o cidadão e o Estado. Portanto, no capitalismo moderno, é fundamental envolver as ações do Estado. A sua atuação precisa corrigir a situação atual da fuga da realidade e se tornar igualmente necessário, tanto para os satisfeitos como para os excluídos e marginalizados. É questionável deixar a estabilidade da economia, a geração de empregos, somente nas mãos de Deus e do *laissez faire*.

O clássico tema de manter aceso as paixões, os desejos das pessoas, a competitividade tecnológica, a coragem de assumir riscos, leva a questionamentos. O que é mais importante para a sociedade: a união dos seres humanos em vistas da melhoria das condições sociais da vida coletiva ou aceitar projetos intencionais no qual a aposta é no interesse individual dos indivíduos? São pontos de partida para idealizar a racionalidade na economia e na política. Há quem diga que a história nunca avançou de acordo com os projetos intencionais, ainda que os resultados não estejam claros. A aposta é que a humanidade não desenvolverá uma consciência que priorize os objetivos coletivos. A aposta de Hinkelammert é que o jogo seja dominado pelo projeto liberal: “interesses e iniciativas individuais quando não atrapalhados por intervencionismos e deixados em completa liberdade são a única matéria-prima disponível no progresso da história.”<sup>11</sup> Está claro que essa racionalidade não vai de encontro às metas sociais e das garantias dos benefícios em proveito de todos.

---

<sup>10</sup>Um fato que chacoalhou a economia e a política no passado e que resultou em profundas mudanças foi a Grande Depressão de 1929 nos EUA e, também, a de 2008. Galbraith, por sua vez, entende que existe três maneiras para mudar essa cultura: “um grande cataclismo econômico, uma ação militar desastrosa decorrente de alguma iniciativa mal pensada no cenário internacional, e a erupção de uma subclasse furiosa” cf. GALBRAITH, John Kenneth. *A cultura do contentamento*. São Paulo: Pioneira, 1992, p. 96.

<sup>11</sup> ASSMANN, Hugo; HINKELAMMERT, Franz. *A idolatria do mercado: Ensaio sobre economia e teologia*. São Paulo: Vozes, 1989, p. 40.



No entanto, a retórica do pensamento econômico neoliberal consiste em firmar compromisso com o mercado clássico através de doutrinas que atingem a consciência pública e que estão a serviço dos interesses do mercado. A perspectiva do capitalismo é sujeitar os homens à luta pela vida sem amparo da coletividade. A preocupação está centrada na produção e distribuição dos bens de consumo, precipitando-se na sacralização da iniciativa privada. As teorias resistem a qualquer mudança de rumo, seja ela gerada por conflitos ou crises. Assim, defensores do livre mercado, os anti-intervencionistas, por ocasião das crises recorrem à intervenção do Estado para restituir a “liberdade do mercado”.

Conforme essa doutrina, a intervenção do governo e, sobretudo, a regulamentação governamental, é vista como desnecessária além de prejudicial ao processo da globalização estabelecido. Porém, o caráter do compromisso é altamente seletivo. Sempre que houver o sumiço do dinheiro, quando a crise se instalar no mercado, e, somente nesses casos, a responsabilidade para encontrar a solução recai sobre o Estado.

Como já foi dito, a democracia da atualidade é burguesa no sentido de que o poder econômico centrado nas grandes corporações, em especial os grupos financeiros, controlam os governos, permitindo a eles apenas uma relativa autonomia. O controle começa a ser imposto à sociedade na manipulação eleitoral, evento geralmente patrocinado pelo poder econômico e, sobretudo, manejado pelos meios de comunicação. A dificuldade reside em controlar esse poder, pois na maioria das vezes age de forma indireta. No entanto, o espaço para recuperar a democracia passa por essa análise crítica, restringindo sua ação destruidora sobre a sociedade. Nesse sentido, Hinkelammert entende que “é necessário canalizar a lei e o mercado para que possa haver uma ordem sustentável.”<sup>12</sup> Portanto, a interferência é necessária, mas através de critérios.<sup>13</sup> Além de evitar o caos social, é condição para recuperar a capacidade de liberdade de expressão, represada pelos meios de comunicação em nome da liberdade de imprensa. A

---

<sup>12</sup> HINKELAMMERT, Franz. *A maldição que pesa sobre a lei: as raízes de pensamento crítico em Paulo de Tarso*. São Paulo: Paulus, 2012, p. 13.

<sup>13</sup> Nesse caso é oportuno esclarecer a posição de Hinkelammert. Remete a questão ao apóstolo Paulo, que desenvolveu um critério que se mostra ainda atual. A solução apresentada por Paulo consiste no amor ao próximo exposto na carta aos romanos 13,8ss. Não é um critério moral. Paulo utiliza como critério a racionalidade da ação humana, “uma racionalidade que responde às irracionalidades que a lei e, conseqüentemente, o mercado produzem quando podem agir sem restrições”. O critério desenvolvido pela racionalidade do mercado é “sou se derroto você”, e o critério de Paulo é “sou se você é”, ou seja, a vida de cada um é a condição da vida de todos. Paulo sintetiza essa racionalidade como forma de canalizar a lei. “A lei, sem ser canalizada, subverte a convivência”. O critério de Paulo é conflitante no que se refere à maneira de canalizar a lei e o mercado. Cf. HINKELAMMERT, Franz. *A maldição que pesa sobre a lei: as raízes de pensamento crítico em Paulo de Tarso*. São Paulo: Paulus, 2012, p. 14.

liberdade de expressão é um direito do homem e a liberdade de imprensa é um direito do mercado que deve ser regido conforme a lei.

Ao abordar o tema da globalização, é prudente discutir os problemas de maneira desapassionada, focar nas evidências das decisões econômicas, políticas e ideológicas, no sentido de verificar se as ações tomadas refletem o interesse coletivo da população, ou atendem aos interesses dos que ocupam a posição de poder. Afinal, a globalização está facilitando a vida daqueles que mais precisam dessas melhorias?

A globalização sob a ótica da remoção das barreiras comerciais e a integração das economias entre os países, pode ser um fator favorável para todas as pessoas, de maneira especial para os menos favorecidos. A abertura do comércio internacional facilitou o desenvolvimento mais rápido de muitos países. As exportações impulsionaram o desenvolvimento econômico, sobretudo na Ásia, ao proporcionar a milhões de habitantes melhores condições de vida e evolução na expectativa de vida. Também, a sensação de isolamento que muitos países sentiam foi reduzida pelos meios de comunicação, especialmente a internet, o que permitiu o acesso ao conhecimento, até então, distante e inacessível. Muitos aspectos da globalização são bem recebidos pelas populações. Na saúde, por exemplo, quando são disponibilizados o conhecimento e a cura para salvar crianças vulneráveis. Os aspectos questionáveis e controversos são os modelos econômicos empregados e as instituições internacionais que controlam a globalização, principalmente o FMI, o Banco Mundial e a OMC que elaboram regras impositivas aos países mais pobres a liberar seus mercados, sem haver nenhuma prova que demonstre o efetivo estímulo ao crescimento econômico.<sup>14</sup>

Entretanto, a maneira como o processo é gerenciado, associada à aceitação do capitalismo triunfante norte-americano, incluindo os acordos internacionais, a manutenção das barreiras comerciais e as políticas impostas aos países em desenvolvimento, têm provocado um efeito devastador sobre esses países, especialmente sobre a camada mais pobre da população. Muitas ações antiquadas, inadequadas e injustas, não levando em conta os efeitos sobre as populações, são implementadas conforme os interesses daqueles que ocupam o poder. Políticas cínicas fingem auxílio aos países em desenvolvimento e os forçam a abrir seus mercados aos

---

<sup>14</sup> O FMI e o Banco Mundial surgiram durante a Segunda Guerra Mundial “em decorrência da Conferência Financeira e Monetária das Nações Unidas em Bretton Woods, New Hampshire, em julho de 1944.” O objetivo inicial era financiar a reconstrução da Europa após a destruição da Segunda Guerra e evitar as depressões econômicas que pudessem surgir. “O nome correto do Banco Mundial – Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento – reflete sua missão original; a última parte, ‘Desenvolvimento’, foi adicionada quase como uma reflexão posterior” cf. STIGLITZ, Joseph E. *A globalização e seus malefícios*. São Paulo: Futura, 2002, p. 37-38.

produtos das nações desenvolvidas e industrializadas, tornando-os meros consumidores. A liberação do comércio, em geral, não é garantia de crescimento, mas de mais miséria. Em nome desse progresso precisam aceitar a abertura de seus mercados sem questionar as políticas capitalistas com a promessa de crescer e combater a miséria de maneira mais eficaz. Tal política contribuiu para tornar os ricos mais ricos e os pobres mais pobres.<sup>15</sup>

Portanto, no mínimo, o modelo atual deve ser radicalmente repensado. Boas políticas econômicas como o combate à desigualdade e ao desemprego têm a força de mudar a vida das pessoas, sobretudo, a vida dos menos favorecidos. Se a globalização não conseguiu reduzir a pobreza, também não teve sucesso em garantir a estabilidade política. Por exemplo, a África continua mergulhada na miséria, isolada politicamente, com a piora na expectativa de vida; o flagelo da AIDS continua não dando trégua. Não conseguem atrair investidores, e sem eles não têm como manter um crescimento sustentado. Também as crises na Ásia e América Latina têm ameaçado a estabilidade nos países em desenvolvimento. A principal preocupação é com o contágio financeiro de que a queda da moeda de um país emergente possa contaminar todos os outros. Por fim, a economia de mercado não conseguiu resultados satisfatórios na Rússia e nas outras economias da região no período da transição do comunismo para o capitalismo. A promessa do Ocidente era que o novo modelo econômico traria desenvolvimento. Porém, provocou um estado de pobreza sem precedentes e instabilidade política com guerras sem fim.<sup>16</sup>

Os benefícios da globalização<sup>17</sup> têm sido menores do que pregam seus defensores. O preço pago é muito maior se for considerar a destruição do meio ambiente, a corrupção

---

<sup>15</sup> Nesse sentido, torna-se oportuno a posição de Stiglitz. “A distância cada vez maior entre os que têm e os que não têm vem deixando um número bastante grande de pessoas no Terceiro Mundo num estado de lamentável miséria, sobrevivendo com menos de um dólar por dia. Apesar das repetidas promessas de redução dos índices de pobreza feitas durante a última década do século XX, o número dos que vivem na miséria efetivamente aumentou, e muito. Isso ocorreu ao mesmo tempo que a renda total do mundo se elevou em média, 2,5 por cento ao ano” cf. STIGLITZ, Joseph E. *A globalização e seus malefícios*. São Paulo: Futura, 2002, p. 31-32.

<sup>16</sup> Os críticos acusam os países ocidentais de hipócritas e Stiglitz também concorda com eles. Para ele, “os países ricos do Ocidente forçaram as nações pobres a eliminar as barreiras comerciais, mas eles próprios mantiveram as suas impedindo que países em desenvolvimento exportassem seus produtos agrícolas, privando-os, assim, da renda tão desesperadamente necessária obtida por meio das exportações.” Um dos principais responsáveis foram os Estados Unidos por liderar o programa da globalização, atraindo para si a maior parte dos benefícios à custa dos países pobres e em desenvolvimento cf. STIGLITZ, Joseph E. *A globalização e seus malefícios*. São Paulo: Futura, 2002, p. 33.

<sup>17</sup> É interessante a crítica de John K. Galbraith, ao referir-se às transnacionais e ao comentar como o capitalismo se tornou religião. “Esses homens da tecnoestrutura (das transnacionais) são o novo clero universal. Sua religião é o sucesso comercial; sua prova de verdade é a expansão e o lucro da empresa. Sua Bíblia é o relatório computadorizado; seu confessionário é a sala de reuniões. A equipe de vendas leva a sua imagem ao mundo, e de mensagem é o que geralmente a sua argumentação é chamada (...) Os

empresarial, política e a dificuldade em se adaptar à interferência cultural. As crises trazem no seu rastro o desemprego e a desintegração social. A globalização, da maneira como vem sendo praticada, segundo Stiglitz, “não satisfaz as expectativas conforme seus defensores prometeram que iria satisfazer – nem realizou o que pode e deve realizar. Em alguns casos, não resultou nem mesmo em crescimento, mas quando isso aconteceu, não trouxe benefício para todos.”<sup>18</sup> A prática comum foi beneficiar alguns à custa de muitos, ou seja, os ricos à custa dos pobres, sem preocupação com o meio ambiente, democracia, direitos humanos e a justiça social.

É possível alterar algumas regras desse modelo econômico mundial e valorizar aquilo que realmente funciona preservando o bem comum. A globalização precisa ser repensada e gerenciada de maneira imparcial, preservando os direitos dos países envolvidos para que o crescimento seja compartilhado entre todos.

O que a economia propõe? Como disciplina acadêmica ela reluta em aceitar princípios valorativos da filosofia e ética. Prega uma ciência neutra e livre que em determinadas situações leva a uma ideologia que pode ser perigosa. No entanto, a proposta é não lançar acusação ou discutir se a economia é uma ciência verdadeira ou não, mas refletir sobre o que isso interfere nas decisões políticas da economia e o resultado prático para as questões humanas. Se a ciência é entendida como busca de uma análise adequada da situação real que serve de base para propor uma solução para os problemas mais imediatos, a resposta é que ainda não se elevou à verdadeira ciência. É função da ciência encontrar a “verdade científica”, propor mecanismos teóricos e práticos para os enormes desafios, especialmente os inerentes à dignidade humana porque a economia justamente engloba essas questões e interfere no desenvolvimento social. No entanto, o que se percebe é uma quantidade de teorias econômicas isentas de valores e penetradas por crenças ideológicas que não questionam a realidade e que se distanciam do problema do subdesenvolvimento. A proposta da argumentação é defender que a economia precisa atender a todas as pessoas e não, ao invés disso, as pessoas viverem em função das suas leis cujo objetivo maior é a acumulação de riqueza.

Atualmente, as grandes corporações internacionais através dos seus especialistas, dos meios de comunicação, da sua publicidade, do seu capital, não descuidam do planejamento e da implementação dos “valores espirituais” do sistema.<sup>19</sup> Uma catequese bem arquitetada com

---

Jesuítas dessa fé austera são os diplomados da Escola de Administração de Harvard”. Cf. GALBRAITH, John Kenneth. *A era da incerteza*. São Paulo: Pioneira, 1984, p. 274.

<sup>18</sup> STIGLITZ, Joseph E. *A globalização e seus malefícios*. São Paulo: Futura, 2002, p. 47.

<sup>19</sup> ASSMANN, Hugo; HINKELAMMERT, Franz. *A idolatria do mercado: Ensaio sobre economia e teologia*. São Paulo: Vozes, 1989, p. 26.

uma linguagem cotidiana que transmite fatos corriqueiros da economia. Por exemplo, quando a publicidade de um banco afirma “ponha o seu dinheiro para trabalhar” e as pessoas começam a acreditar que o dinheiro “trabalha” é a concretização social da aparência.<sup>20</sup> A doutrina pregada pela elite é mais poderosa que a contraideologia criada pelos cristãos críticos. Normalmente, utilizam estratégias de intervenção brandas, contínuas e não agressiva. O método utilizado é permanente com formato vertical de cima para baixo. No entanto, nas situações de crise não relutam em utilizar a força e partem para a ofensiva como já foi possível observar em países da América Latina. É um antagonismo de mundo e valores. Para Assmann, “trata-se de teologias em conflito. Em outras palavras, está em jogo uma luta dos deuses.”<sup>21</sup>

O que se percebe na contemporaneidade é um enfoque reducionista e fragmentado da economia.<sup>22</sup> Os economistas têm dificuldades de reconhecer que a economia precisa ser encarada como um sistema composto que envolve os seres humanos e a interação no contexto ecológico e social. É preciso dialogar com as realidades sociais e políticas levando em consideração o progresso da economia. A evolução do sistema econômico e da sociedade está ligada a alterações no conjunto de valores que servem de base para essa sociedade. Os valores é que determinam a visão de mundo das instituições religiosas e das ações políticas e econômicas.

No que está amparado a exigência da fidelidade na doutrina da economia burguesa? Uma linha de pensamento remete ao sistema internacional, ao enorme acúmulo de riqueza dos países ricos e outra linha remete à ciência econômica predominante que está comprometida com os interesses das grandes corporações internacionais. São poderosos interesses

---

<sup>20</sup> ASSMANN, Hugo; HINKELAMMERT, Franz. *A idolatria do mercado: Ensaio sobre economia e teologia*. São Paulo: Vozes, 1989, p. 26.

<sup>21</sup> O critério da teologia defendido por Assmann é a “reprodução da vida humana real e concreta” por entender que é a mais coerente com o cristianismo, diferente das outras, cujo critério tendem a ignorar o custo social provocado pela prática das políticas econômicas. Cf. ASSMANN, Hugo; HINKELAMMERT, Franz. *A idolatria do mercado: Ensaio sobre economia e teologia*. São Paulo: Vozes, 1989, p. 28-30.

<sup>22</sup> Para Fritjof Capra a economia se ocupa da “produção, da distribuição e do consumo de riquezas” cf. CAPRA, Fritjof. *O ponto de mutação*. São Paulo: Editora Cultrix, 1982, p. 182. É uma ciência normativa e visivelmente dependente de valores. A tendência atual é entender os problemas econômicos, políticos e sociais através de soluções técnicas. Assim, surgem as análises que envolvem simplesmente o custo e o lucro, um modelo econômico quantitativo que não leva em consideração as opções sociais e morais. Essa metodologia amplia a distância entre a teoria e a realidade econômica. Apesar do esforço em quantificar a economia, atualmente passa por uma crise conceitual, pois os economistas não conseguiram resolver a inflação, o desemprego e a má distribuição de renda em escala global. Mesmo reconhecendo o fracasso, grande parte dos economistas continuam acreditando que as soluções para esses problemas podem ser encontradas dentro da estrutura vigente. O problema é que a estrutura vigente foi superada pelos avanços tecnológicos e pela estrutura social.

estabelecidos com particularidades de ordem religiosa que pregam a continuidade das regras existentes e não permitem o desvio de rota. Nesse sentido, a percepção de Assmann é válida:

Em termos teológicos, isto significa que existe uma idolatria solidamente estabelecida e que as divindades cultuadas não favorecem a criação de evangelhos (boas notícias) para a humanidade. Deuses estabelecidos são deuses endurecidos, sobretudo quando se originam de uma longa e difícil metamorfose anterior.<sup>23</sup>

É importante desvendar essa universalidade e autonomia da “racionalidade econômica”, caso contrário o poder criador da burguesia pode impor um novo idioma ecumênico no qual todos se entenderiam. Como por exemplo, a universalidade do dinheiro como linguagem, com um deus ecumênico e já expresso nas cédulas do dólar “em Deus confiamos”, do florim “Deus esteja conosco”, do cruzado brasileiro “Deus seja louvado” e outros. “No mundo moderno começaram a funcionar de fato como poderes que se pretendem universais, o ecumenismo da ‘ciência’ e o ecumenismo do mercado mundial. Nenhuma filosofia, arte, cultura, teologia ou religião chegou a tanto.”<sup>24</sup> O caráter religioso da pretendida ecumenicidade da ciência econômica está diretamente ligado ao processo da globalização da economia e precisa ser questionado. O capital (*deus absconditus*), por operar numa esfera secularizada, invisível, consegue integrar à sua essência todos os fatores da produção, da circulação e do consumo. A realidade econômica tornou-se invisível e exige uma relação transcendental, “uma atitude devocional em relação à sua onipotência”<sup>25</sup>, um deus oculto “apesar das aparências flutuantes dos muitos deuses; no fundo o que mudou – parece insinuar

---

<sup>23</sup> ASSMANN, Hugo; HINKELAMMERT, Franz. *A idolatria do mercado: Ensaio sobre economia e teologia*. São Paulo: Vozes, 1989, p. 34. Nesse sentido, é válido e oportuno o comentário que Agamben proferiu ao se referir ao capitalismo como uma religião, que celebra um culto interrupto, “cuja liturgia é o trabalho e cujo objeto é o dinheiro”. “O Banco – com os seus cinzentos funcionários e especialistas - assumiu o lugar da Igreja e dos seus padres e, governando o crédito (até mesmo o crédito dos Estados, que docilmente abdicaram de sua soberania), manipula e gere a fé – a escassa, incerta confiança – que o nosso tempo ainda traz consigo. Isso mesmo, ‘salvar’ é um termo religioso, mas o que significa ‘a qualquer preço’? Até ao preço de ‘sacrificar’ vidas humanas? Só numa perspectiva religiosa (ou melhor, pseudo-religiosa) podem ser feitas afirmações tão evidentemente absurdas e desumanas”. Essa exposição ocorreu por ocasião da entrevista, “Deus não morreu. Ele tornou-se dinheiro” a Peppe Salvà e publicada por Ragusa News em 16-08-2012. <<https://www.ragusaneews.com/articolo/28021/giorgio-agamben-intervista-a-peppe-sava-amo-scieli-e-guccione>>. Acesso em 12/06/18. Também, publicada na revista IHU ON-LINE de 30/08/2012, tradução de **Selvino J. Assmann**, professor de Filosofia do Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/512966-giorgio-agamben>>.

<sup>24</sup> ASSMANN, Hugo; HINKELAMMERT, Franz. *A idolatria do mercado: Ensaio sobre economia e teologia*. São Paulo: Vozes, 1989, p. 51.

<sup>25</sup> ASSMANN, Hugo; HINKELAMMERT, Franz. *A idolatria do mercado: Ensaio sobre economia e teologia*. São Paulo: Vozes, 1989, p. 52.

às vezes, sem chegar a expressá-lo nesta forma – foi o próprio monoteísmo porque reina um deus uno que se tornou endógeno no próprio capital.”<sup>26</sup>

O sistema capitalista dominador é invisível e com aspecto enganador. Aquilo que é visível não é o que parece ser. Por outro lado, os deuses no nível da economia são inconfundíveis, transitam naquilo que é considerado óbvio na economia real. Se é óbvio é porque não há questionamento. Parecem tão reais e verdadeiros que dificilmente são chamados de falsos ou questionados. Estão escondidos sob a identidade da atividade econômica cuja presença não é notada transitando na rua, mas está presente nas casas, no comércio e sobretudo no mercado financeiro. São cultuados com uma naturalidade espantosa. “A economia no fundo é isto: a naturalização da história. Fazer aparecer como natural (natureza) aquilo que é produto histórico da ação humana (história).”<sup>27</sup> Discutir a idolatria no terreno da economia é denunciar esses deuses, trazê-los à luz para que se possa perceber a sua função opressora, e mostrar como são violentos e cruéis. Evidente que isso não é de interesse dos que estão protegidos pelos ídolos e foram criados à sua imagem e semelhança.

Portanto, é possível concluir que a economia é uma ciência normativa visivelmente dependente de valores, e o mercado, ao mesmo tempo que fascina e seduz, envolve a sociedade num caráter sacrificial e sedutor. Outra apreensão é que os problemas econômicos, políticos e sociais são balizados por soluções técnicas. A partir disso emergem processos e análises que envolvem apenas o custo e o lucro, ou seja, um modelo econômico quantitativo que não leva em consideração os aspectos sociais e morais. Essa metodologia distancia a teoria da realidade econômica já superada pelos avanços tecnológicos e pela estrutura social vigente.

É necessário desenvolver um projeto que contemple uma sociedade em que os seres humanos e também a natureza possam produzir as riquezas para todos, de tal forma que suas fontes não sejam ameaçadas. A terra e os seres humanos devem ser preservados num projeto democrático realista de integração humana no qual o mercado seja regulado a partir de intervenções sistemáticas e o Estado seja colocado a serviço da vida humana real tendo como finalidade o êxito social e a autorrealização de todos os indivíduos.

## Referências

AGAMBEN, Giorgio. *Profanações*. São Paulo: Boitempo, 2007.

<sup>26</sup> ASSMANN, Hugo; HINKELAMMERT, Franz. *A idolatria do mercado: Ensaio sobre economia e teologia*. São Paulo: Vozes, 1989, p. 51.

<sup>27</sup> ASSMANN, Hugo; HINKELAMMERT, Franz. *A idolatria do mercado: Ensaio sobre economia e teologia*. São Paulo: Vozes, 1989, p. 83.

\_\_\_\_\_. *Em que crê o capitalismo?* Disponível em <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/520057--e-o-capitalismo-artigo-de-giorgio-agamben>>. Acesso em: 22/06/2018.

\_\_\_\_\_. *Deus não morreu. Ele tornou-se dinheiro.* Disponível em <<http://www.ragusanews.com/articolo/28021/giorgio-agamben-intervista-a-peppe-sava-amoscicli-e-guccione>>. Acesso em: 12/06/2018.

ASSMANN, Hugo. *Desafios e falácias: ensaios sobre a conjuntura atual*. São Paulo: Paulinas, 1991.

\_\_\_\_\_. *Crítica à lógica da Exclusão: ensaios sobre economia e teologia*. São Paulo: Paulus, 1994.

\_\_\_\_\_. *Teología desde la praxis de la liberación: ensayo teológico desde la América dependiente*. Salamanca: Ed. Sígueme, 1976.

\_\_\_\_\_. *René Girard com teólogos da libertação: um diálogo sobre ídolos e sacrifícios*. Petrópolis: Vozes, 1991.

\_\_\_\_\_. *A Teologia da Libertação se opõe aos ídolos da opressão*. In: ALVES, Rubem et al. *Fé cristã e ideologia*. São Bernardo do Campo: Unimep Imprensa Metodista, 1981.

\_\_\_\_\_. *Deus em nós: o reinado que acontece no amor solidário aos pobres*. São Paulo: Paulus, 2010.

ASSMANN, Hugo; HINKELAMMERT, Franz J. *A idolatria do Mercado: ensaio sobre Economia e Teologia*. Série V: desafios da vida na sociedade. São Paulo: Vozes, 1989.

CAPRA, Fritjof. *O ponto de mutação*. São Paulo: Editora Cultrix, 1982.

GALBRAITH, John Kenneth. *A era da incerteza*. São Paulo: Pioneira, 1984

\_\_\_\_\_. *A cultura do contentamento*. São Paulo: Pioneira, 1992.

HINKELAMMERT, Franz. *A maldição que pesa sobre a lei: As raízes de pensamento crítico em Paulo de Tarso*. São Paulo: Paulus, 2012.

\_\_\_\_\_. *Mercado versus direitos humanos*. São Paulo: Paulus, 2014.

\_\_\_\_\_. *Crítica a la razón utópica*. San José: DEI, 1984.

\_\_\_\_\_. *As armas ideológicas da morte*. São Paulo: Paulinas, 1983.

\_\_\_\_\_. *La fe de Abraham y el Edipo Occidental*. San José: DEI, 1989.

\_\_\_\_\_. *Sacrifícios Humanos e Sociedade Ocidental: Lúcifer e a Besta*. São Paulo: Paulus, 1995.

\_\_\_\_\_. *Democracia y totalitarismo*. San José: DEI, 1987.

\_\_\_\_\_. *Economía y revolución*. Santiago: Ed. Pacífico, 1967.

POLANYI, Karl. *A subsistência do homem e ensaios correlatos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

\_\_\_\_\_. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

STIGLITZ, Joseph E. *A globalização e seus malefícios*. São Paulo: Futura, 2002.

SUNG, Jung Mo. *Cristianismo de libertação: espiritualidade e luta social*. São Paulo: Paulus, 2008.

\_\_\_\_\_. *A idolatria do capital e a morte dos pobres: uma reflexão teológica a partir da dívida externa*. São Paulo: Edições Paulinas, 1989.



\_\_\_\_\_. *Desejo, mercado e religião*. Petrópolis: Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_. *Teologia e Economia: repensando a teologia da libertação e utopias*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

\_\_\_\_\_. *Idolatria: uma chave de leitura da economia contemporânea?* IN: BRITO, Enio J. C.; GORGULHO, Gilberto S. (Org.). *Religião ano 2000*. São Paulo: Loyola- CRE PUC-SP, 1998.

\_\_\_\_\_. *Mercado religioso e mercado como religião*. Horizonte, Belo Horizonte, v. 12, n. 34, abril/junho. 2014.

\_\_\_\_\_. *Sujeito e sociedades complexas*. Petrópolis; Vozes, 2002.

SUNG, Jung Mo; MIGUEZ, N.; RIEGER, J. *Para além do espírito do Império*. São Paulo: Paulinas, 2012.

---

Doutor em Filosofia (PUCRS)  
Pós-doutorando Filosofia (PUCRS)  
E-mail: [jairtauchen@gmail.com](mailto:jairtauchen@gmail.com)